

2

Linguagem & poder

Mesmo os gritos de um recém-nascido são orientados para a mãe (Mikhail Bakhtin)

O poder da palavra é o poder de mobilizar a autoridade acumulada pelo falante e concentrá-la num ato lingüístico (Pierre Bourdieu)

A linguagem é o arame farpado mais poderoso para se garantir o poder (Maurizio Gnerre)

Ao longo da história da humanidade, as dominações militares sempre foram seguidas da imposição de idiomas. No período mais intenso das colonizações, em especial, essa estratégia se tornou recorrente – e eficiente. Afinal, para impor sua hegemonia política e social, os colonizadores tinham que manter o domínio ideológico, cultural, religioso e, sobretudo, lingüístico.

Quando os portugueses começaram a colonizar o Brasil, por exemplo, os idiomas predominantes eram indígenas, como tupi, guarani e tupinambá. Com a chegada de escravos vindos de diferentes partes da África, estima-se que mais de 300 dialetos africanos conviveram simultaneamente no território brasileiro. O número de línguas faladas era tão elevado que uma das principais dificuldades na articulação dos quilombos era justamente a comunicação entre seus integrantes, sendo necessária, inclusive, a presença de intérpretes em diversas oportunidades (Carboni & Maestri, 2005). Para impor sua hegemonia e criar uma espécie de identidade nacional, Portugal teve como grande trunfo a consolidação do Português como idioma oficial.

O processo era simples: a administração local passava a utilizar apenas o idioma do colonizador, bem como as instituições implantadas, como tribunais e escolas. Assim, os colonizadores promoviam um processo de seleção lingüística por meio de decretos, ações políticas e do sistema escolar (Viana, 2004). Nas capitanias, aos domingos, durante os sermões, caso houvesse um só cristão que desconhecesse o tupi, o sermão realizava-se em português, ainda que boa parte dos presentes não compreendesse essa língua. Quando necessário, a imposição do novo idioma se deu até mesmo por meio da força, principalmente a

partir de 1757, quando Marquês de Pombal determinou o uso obrigatório da língua portuguesa no Brasil.

No plano lingüístico, o colonialismo institui, pois, um campo de exclusão de duplo gatilho: exclusão duma língua (a língua dominada) das esferas do poder, exclusão dos falantes desta língua (dos que não aprenderam a língua dominante) dessas mesmas esferas.⁵

Sem dúvida, são muitos os casos em que a imposição de uma nova língua serviu como meio de controle de massas. Acreditar, porém, que o poder da linguagem se limita apenas à obrigatoriedade do uso de novos idiomas a povos militarmente subjugados caracteriza um grande equívoco. Não é preciso apresentar como obrigatória uma língua diferente para excluir do poder determinados grupos sociais: muitas vezes, isso ocorre de forma muito mais sutil, dentro do próprio monolingüismo do povo.

A linguagem não é usada apenas para transmitir informações, ou seja, a sua função referencial denotativa é apenas uma entre outras, tão ou mais importantes. Entre os muitos objetivos por trás das estratégias de um processo comunicativo está a intenção de comunicar ao ouvinte a posição que o falante ocupa – ou acredita ocupar – numa determinada sociedade. As pessoas falam para serem ouvidas, às vezes para serem respeitadas e também para exercer uma influência no ambiente em que realizam os atos lingüísticos (Gnerre, 2003). Para entender mais profundamente de que modo poder e linguagem se relacionam, é preciso perceber certos detalhes presentes desde as mais embrionárias reflexões lingüísticas e comunicativas.

O significado das palavras, seus usos e sua influência nas relações interpessoais protagonizam estudos e discussões há milênios na humanidade. No diálogo Crátilo, Platão levantou uma das questões originais nos estudos da linguagem: a relação entre a palavra e a coisa. Embora o texto não seja conclusivo, o personagem Sócrates sugere que tudo que existe foi nomeado por figuras míticas: os legisladores de cada língua. Para ele, os significados das coisas estariam nos próprios nomes, ou seja, a combinação de letras traduziria uma determinada essência.

(...) Talvez não seja atividade tão despicienda como imaginas, a de instituir nomes, nem é trabalho de gente sem préstimo nem mesmo

⁵ Calvet, 2004: 04.

para todo o mundo. Sendo assim, Crátilo tem razão de dizer que os nomes das coisas derivam de sua natureza e que nem todo homem é formador de nomes, mas apenas o que, olhando para o nome que cada coisa tem por natureza, sabe como exprimir com letras e sílabas sua idéia fundamental.⁶

Esse pensamento lingüístico grego aponta o caminho de uma elaboração ideológica de legitimação de uma variedade lingüística de prestígio. Afinal, se uma entidade divina é responsável pela criação das palavras e das regras para seu emprego “correto”, resta aos homens apenas o papel de aprender a usá-las corretamente. Qualquer vocábulo ou construção que se afaste dessa variedade deve ser, portanto, concretamente, considerado um erro, ou seja, um mau uso de um recurso alheio às vontades humanas. A língua seria, assim, um abstrato ideal fechado que deveria ser reproduzido corretamente.

Nessa perspectiva, talvez não fizesse tanto sentido discutir certos usos da língua, já que bons usuários dela seriam capazes de identificar os nomes mais apropriados para manifestar suas idéias. Dessa forma, num processo comunicativo cooperativo (Grice, 1982) entre pessoas com um hipotético domínio pleno de um idioma, não haveria escolhas estratégicas entre registros mais formais ou menos formais, por exemplo, pois existiriam palavras mais corretas ou apropriadas do que outras para traduzir o pretendido.

Pouco mais de dois mil anos depois de Platão, Saussure (1995) distinguiu a linguagem *langue* (um abstrato ideal) e *parole* (suas manifestações concretas) e apresentou uma perspectiva oposta à do filósofo grego ao sugerir que os signos lingüísticos eram totalmente arbitrários. Para o lingüista suíço, não existiria qualquer relação de sentido entre o ‘significante’ (conceito) e o ‘significado’ (imagem acústica). Justamente devido a essa arbitrariedade, as diferentes combinações de letras que formam qualquer palavra eram simplesmente associações “ratificadas pelo consentimento coletivo”, o que as tornaria sociais por natureza e explicaria sua relativa imutabilidade ao longo do tempo (Saussure, 1995). Nessa perspectiva, qualquer língua deveria ser considerada neutra, baseada apenas na tradição e alheia às vontades individuais ou dos grupos, ou seja, autônoma à prática social.

⁶ Platão, 1973: 129.

Entre todos os indivíduos assim unidos pela linguagem, estabelecer-se-á uma espécie de meio-termo: todos reproduzirão – não exatamente, sem dúvida, mas aproximadamente – os mesmos signos unidos aos mesmos conceitos.⁷

Saussure reconhecia a fala como ato individual de vontade e de inteligência, fruto da utilização do código da língua para a expressão de um pensamento pessoal. Como, no entanto, a fala muitas vezes se distanciava das normas da língua – compreendida como produto registrado passivamente pelo sujeito – ela sequer devia fazer parte dos estudos da Lingüística. Para o autor, o signo lingüístico pertence à língua, por isso obedece a uma lógica coletiva, que não tem qualquer influência com o desejo ou com pensamento individual do falante.

O signo escapa sempre, em certa medida, à vontade individual ou social, estando nisso, o seu caráter essencial.⁸

Assim, a palavra “social” usada por Saussure para caracterizar a linguagem seria, portanto, meramente consequência do seu uso – neutro e arbitrário – pelos indivíduos de uma sociedade. Nesse sentido, manifestações específicas – como a jurídica ou a científica, claramente distantes do uso mais freqüente do falante médio de qualquer idioma – se deviam a ‘fatores externos’ ao idioma e deveriam ser vistas apenas como “línguas especiais”.

Um grau avançado de civilização favorece o desenvolvimento de certas línguas especiais (língua jurídica, terminologia científica).⁹

Em um estudo interessante, Carboni e Maestri (2005) relativizam a arbitrariedade dos signos lingüísticos. Sem questionar a essência dessa propriedade, os autores afirmam que a escolha histórica de determinadas palavras, para fazer referência a certos conceitos, pode revelar intenções ou pontos de vista. Nesse sentido, as designações ‘senhor’ e ‘escravo’ para as classes do Brasil colonial, por exemplo, revelariam uma perspectiva escravista

⁷ Saussure, 1995: 21.

⁸ Saussure, 1995: 25.

⁹ Saussure, 1995: 30.

portuguesa. Isso porque ‘senhor’ remeteria à idéia de um ‘homem velho’, naturalmente detentor de autoridade; e ‘escravo’, por sua vez, sugeriria uma natureza servil, e não o resultado de um processo forçado. Esses vocábulos possuiriam, portanto, uma conotação justificadora, “determinada pelo uso de categorias plasmadas pela sociedade escravista para descrever realidades que propunha como naturais”. As expressões ‘escravizador’ e ‘trabalhador escravizado’, segundo os autores, revelariam com mais clareza a relação entre ambos durante o período colonial. Igualmente, o predomínio do vocábulo “americano” para tudo que se refere aos Estados Unidos da América seria reflexo do poder e da influência desse país. ‘Estadunidense’ – palavra quase desconhecida entre os brasileiros – seria um termo mais apropriado, já que o Brasil e todos os outros países das Américas também seriam ‘americanos’.

Nessa perspectiva, os signos lingüísticos construir-se-iam em contextos de práticas sócio-comunicativas repletos de determinações ideológicas. Produtos de sociedades heterogêneas e em permanente conflito, as línguas seriam meios de interação verbal atinentes às esferas do exercício do poder no seu sentido mais amplo: como qualquer relação de forças – influenciadoras e influenciadas – que não apenas reprime, mas também produz efeitos de verdade e saber, constituindo verdades, práticas e subjetividades (Deleuze, 2005). Assim, pode-se dizer que as palavras registram, arqueologicamente, as relações de força existentes entre grupos sociais. A evolução das línguas e a consolidação de certas palavras ao longo da história não são necessariamente arbitrárias, como supunha Saussure.

A cada época histórica da vida ideológica e verbal, cada geração, em cada uma de suas camadas sociais, possui uma linguagem; além disso, cada idade tem seu ‘falar’, seu vocabulário, seu sistema de acentuação particular, que, por sua vez, variam com a classe social, com o estabelecimento escolar e segundo outros fatores de estratificação.¹⁰

A obra “Marxismo e Filosofia da Linguagem”, de Bakhtin, servirá como pilar para diversas afirmações feitas ao longo deste capítulo. Por isso, torna-se indispensável, antes de prosseguir com qualquer análise, definir três conceitos elementares, marcando, assim, um posicionamento acerca do que se entende

¹⁰ Bakhtin, 2006: 112.

por “classe social” e “ideologia”. Os conceitos estão direta ou indiretamente ligados às idéias introduzidas por Karl Marx.

Para cumprir os objetivos deste trabalho, seriam insuficientes as concepções economicistas da expressão “classe social”, já que elas consideram apenas rendimentos e relações financeiras. Além das estatísticas de produção, é preciso entender, também, as relações políticas e ideológicas. Na verdade, a definição de classe social como o resultado do conjunto das estruturas econômicas, políticas e ideológicas¹¹ parece mais adequada aos propósitos.

O que caracteriza as classes não é apenas a posição relativa no processo de produção, mas um conjunto de interesses que define um ‘projeto de classe’, ou seja, um modelo objetivo e global de organização da vida social.¹²

É evidente que podem existir algumas diferenças entre a idéia de “classe” abordada por Bakhtin e aquela presente nos dias de hoje. Na época em que o livro “Marxismo e a Filosofia da Linguagem” foi produzido, havia grupos sociais mais definidos e segmentados, em situações de conflito mais nítidas. Ainda assim, as características essenciais, que tornam possível a aplicação dos conceitos que interessam a este trabalho, se mantêm, como as inevitáveis relações de dominação.

As classes (...) organizam-se a partir de relações de dominação. As classes dominantes, do modo de produção dominante, determinam as classes dominadas, que, em geral, não desenvolvem uma organização política independente, nem formam uma ideologia própria, embora apresentem certos “efeitos” particulares e constituam, mesmo dominadas, força social.¹³

Apesar da importância das diferenças entre classes para as relações humanas de dominação, não se deve esquecer de que esse aspecto não está isolado de outras questões humanas. Em estudo sobre o comportamento e a linguagem utilizada por adolescentes londrinos, publicado com o título de

¹¹ Poulantzas, 1971; apud Barros, 2002.

¹² Singer, 1981: 22; apud Barros, 2002: 147.

¹³ Barros, 2002: 147-148.

“Hegemony, Social Class and Stylisation”, Rampton (2003) chama atenção para o fato de que, no mundo contemporâneo, especialmente com a intensificação do fenômeno da globalização, há diversos fatores relevantes em análises sobre comportamentos de classes. Questões como etnia, gênero, sexualidade, história e cultura influenciam, de maneira determinante, a relação entre indivíduos da mesma classe e de classes diferentes.

Numa releitura das idéias marxistas, Thompson (1995) também amplia a importância dada às diferenças de classe. Segundo ele, as relações classistas são a base da desigualdade e da exploração, mas não esgotam as relações de dominação. Elas também podem ser reconhecidas nas relações entre os sexos, entre grupos étnicos, entre indivíduos e Estado, entre os próprios Estados etc. Haverá dominação sempre que as estabelecidas relações de poder forem sistematicamente assimétricas, quer dizer, quando certos grupos exercer, o poder de maneira permanente, em grau significativo, tornando-o inacessível para outros grupos.

Torna-se necessário, também, definir com clareza outro conceito fundamental, que já foi utilizado e voltará a aparecer recorrentemente ao longo desta dissertação: ideologia. Embora alguns dos aspectos que o termo implica possam ser rastreados no pensamento antigo, se costuma dizer que sua primeira citação clara data do século XVI, na obra “Novum Organum”, de Francis Bacon. A teoria baconiana dos “ídola” é tida como um dos pilares para pesquisas seguintes, com destaque para Destutt de Tracy, considerado, na transição do século XVIII para o XIX, o criador do termo “ideologia” cunhado para se referir ao estudo positivo da formação de idéias, das sensações e da linguagem. Para De Tracy, o estudo desse conceito revelaria a estrutura das idéias, com exames acerca das faculdades do pensamento, do sentimento, da memória e do juízo, além das características do hábito, do movimento e da vontade, entre outros. Com isso, a ideologia permitiria o progresso e o desenvolvimento do saber. Suas idéias, entretanto, foram severamente criticadas por Napoleão Bonaparte, que assumira o poder pelo golpe de Estado de 1799, na França. Para Napoleão, a ideologia de Tracy era a falsa filosofia, que havia instado a rebelião ao pretender que os princípios políticos podiam ser determinados pelo raciocínio abstrato. É justamente essa idéia Napoleônica que Marx, no século XIX, vai reciclar para criar o referencial teórico que inspirou Bakhtin e serve como uma das bases para diversas afirmações feitas ao longo desta pesquisa.

O primeiro ponto crucial no conceito marxista de ideologia é que a produção de idéias não determina o curso da história, mas, pelo contrário, as

idéias são determinadas pelas relações humanas no processo de produzir e reproduzir a vida e em suas condições de subsistência. Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência. Nesse sentido, a ideologia se determina também em relação às classes sociais e suas práticas, pois cada visão de mundo prende-se a um dado grupo, cujos integrantes compartilham os mesmos valores, ou seja, pensam e agem de maneira semelhante.

(...) não partimos do que os homens dizem, se representam ou imaginam, tampouco do homem pensado, imaginado ou representado para chegar daí ao homem de carne e osso; partimos do homem que realmente atua e de seu processo de vida real deduzimos também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo de vida. Também as formações nebulosas que se condensam no cérebro dos homens são produtos necessários, algo assim como sublimações de seu processo material de vida, processo empiricamente registrável e sujeito a premissas materiais. A moral, a religião, a metafísica e qualquer outra forma de ideologia e as formas de consciência que elas correspondem perdem assim a aparência de ser independente. Não tem sua própria história nem seu próprio desenvolvimento, mas os homens que desenvolvem sua produção material e intercâmbio material modificam também, ao transformar essa realidade, seu pensamento e os produtos de seu pensamento.¹⁴

É neste ponto que se dá a reciclagem das idéias napoleônicas sobre a ideologia, quando Marx afirma que “a ideologia dominante é a ideologia da classe dominante” (Engels & Marx: 1973, 38). A ideologia é, portanto, uma cosmovisão, ou seja, um sistema de valores que define normas e regras de condutas sociais, que funciona como uma forma de dominação. Universalizam-se os interesses particulares de uma classe mais poderosa, mas essa dominação e a exploração são ocultadas e dissimuladas, já que os pensamentos das classes dominantes se convertem em representações coletivas, universais abstratos.

As ideologias (...) surgem das classes sociais, de suas condições de existência, de suas práticas, de suas lutas, e os aparelhos constituem

¹⁴ Engels & Marx, 1973: 19.

a forma pela qual a ideologia da classe dominante se realiza. É no seu interior que se medem e se confrontam valores.¹⁵

Essa dissimulação se dá por meio do que Gramsci e Althusser chamaram de aparelhos ideológicos do Estado, como a escola, a família, a religião, os meios de comunicação, os partidos políticos etc. Ainda que esse processo não seja necessariamente consciente nem corresponda a um engano deliberado – já que o ideólogo está inserido nas condições estruturais que determinam uma visão de mundo e na construção do sujeito histórico situado –, pode-se dizer que todos esses mecanismos são fundamentais para a manutenção da hegemonia de uma classe.

Nenhuma classe pode duravelmente deter o poder de Estado sem exercer simultaneamente a sua hegemonia sobre e nos aparelhos ideológicos do Estado.¹⁶

Definidos os conceitos de classe social e ideologia, é possível demonstrar com clareza por que, para Bakhtin, é inevitável a presença de uma ideologia na linguagem utilizada pelos diferentes grupos sociais. Isso é uma consequência da inevitável relação recíproca de influência entre a formação do que ele chama de “discurso interno” (pensamento ou ideologia individual), que será manifestado por meio de enunciações, e o próprio mundo. Os signos exteriores e interiores necessariamente afetarão um ao outro.

A psicologia deve apoiar-se na ciência das ideologias. Originariamente, a palavra deve ter nascido e se desenvolvido no curso do processo de socialização dos indivíduos, para ser, em seguida integrada ao organismo individual e tornar-se fala interior. Contudo, o psicologismo também tem razão: não há signo exterior sem signo interior. O signo exterior, incapaz de penetrar no contexto dos signos interiores, isto é, incapaz de ser compreendido e experimentado, cessa de ser um signo, transforma-se em uma coisa física. O signo ideológico tem vida na medida em que ele se realiza no psiquismo e, reciprocamente, a realização psíquica vive do

¹⁵ Barros, 2002: 149-150.

¹⁶ Althusser, s.d: 49; apud Barros, 2002: 149.

suporte ideológico. A atividade psíquica é uma passagem do interior para o exterior; para o signo ideológico, o processo é inverso.¹⁷

Com essa hipótese explicativa para a inevitável relação entre os signos semióticos e o pensamento, pode-se perceber que, para Bakhtin, assim como para Saussure, a língua – responsável por boa parte desse processo, com os signos lingüísticos – é um fato social, cuja existência se funda nas necessidades da comunicação. O autor russo, no entanto, rejeita o que chama de “objetivismo abstrato” do suíço, que faz da língua um objeto abstrato ideal, que se consagra como sistema sincrônico homogêneo e releva manifestações individuais. Em primeiro lugar porque, para Bakhtin, um sistema sincrônico não corresponde a nenhum momento efetivo e verdadeiro do processo de evolução da língua, ele só existe do ponto de vista da consciência subjetiva do locutor de uma dada comunidade lingüística num dado momento da história. Em segundo lugar, porque o critério de correção lingüística quase sempre cede vez ao critério puramente ideológico: importa menos a correção da enunciação do que seu valor de verdade ou de mentira, seu caráter poético ou vulgar, etc. Desconsiderar essa questão significaria fazer uma análise quase filológica da língua, já que a Filologia historicamente estudou apenas frases extraídas de documentos ou monumentos antigos, dissociadas de seus contextos e respostas, isto é, de ser valor ideológico e vivencial. Dessa forma, o “objetivismo abstrato” trataria, equivocadamente, línguas vivas como se fossem mortas.

A palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial. A separação da língua de seu conteúdo ideológico constitui um dos erros mais grosseiros do objetivismo abstrato.¹⁸

Qualquer que seja a expressão considerada, ela será determinada pelas condições reais da enunciação em questão, isto é, antes de tudo pela situação social mais imediata. Exatamente por isso, Bakhtin valoriza a enunciação e afirma que a fala está indissolúvelmente ligada às condições da comunicação e, conseqüentemente, às estruturas sociais.

¹⁷ Bakhtin, 2006: 65.

¹⁸ Bakhtin, 2006: 99.

A enunciação é o produto da interação de dois indivíduos socialmente organizados e, mesmo que não haja um interlocutor real, este pode ser substituído pelo representante médio do grupo social o qual pertence o locutor. *A palavra dirige-se a um interlocutor*: ela é função da pessoa desse interlocutor: variará se se tratar de uma pessoa do mesmo grupo social ou não, se esta for inferior ou superior na hierarquia social, se estiver ligada ao locutor por laços sociais mais ou menos estreitos (pai, mãe, marido, etc.) (...) Na maior parte dos casos, é preciso supor além disso um certo horizonte social definido e estabelecido que determina a criação ideológica do grupo social e da época a que pertencemos, um horizonte contemporâneo da nossa literatura, da nossa ciência, da nossa moral, do nosso direito.¹⁹

Se todo signo é ideológico e a ideologia é um reflexo das estruturas sociais, toda modificação da ideologia encadeia uma alteração lingüística. A língua, no entanto, produz discursos ideologicamente opostos, já que classes sociais diferentes utilizam o mesmo sistema lingüístico, por isso essa alteração ocorre de maneira menos clara, refletindo choques e contradições. A evolução da língua, portanto, obedece a uma dinâmica positivamente conotada, diferentemente do que defende a concepção saussuriana.

Bakhtin afirma, ainda, que a psicologia do corpo social costuma ser estudada apenas no que se refere ao conteúdo, mas é fundamental observar tipos e formas de discurso pelos quais esse conteúdo toma forma. Todo signo resulta de um consenso entre indivíduos socialmente organizados no decorrer de um processo de interação, por isso as formas do signo são condicionadas tanto pela organização social de tais indivíduos como pelas condições em que a interação acontece. Como cada época e cada grupo social têm seu repertório de formas de discurso na comunicação socioideológica, a classificação das formas de enunciação deve apoiar-se sobre uma classificação das formas da comunicação verbal. A situação social mais imediata e o meio social mais amplo determinam completamente e, por assim dizer, a partir do seu próprio interior, a estrutura da enunciação.

Uma análise mais minuciosa revelaria a importância incomensurável do componente hierárquico no processo de interação verbal, a influência poderosa que exerce a organização hierarquizada das

¹⁹ Bakhtin, 2006: 116.

relações sociais sobre as formas de enunciação. O respeito às regras da “etiqueta”, do “bem-falar” e as demais formas de adaptação da enunciação à organização hierarquizada da sociedade têm uma importância imensa no processo de explicitação dos principais modos de comportamento.²⁰

Nessa perspectiva, torna-se difícil sustentar a arbitrariedade do uso das palavras em todas as situações sociais. Se não existe uma essência na combinação das letras que formam a palavra “pleito” – como sugerido em Crátilo, de Platão –, há, sem dúvidas, algo – consciente ou não – que explica seu uso no lugar de “eleição” em determinadas situações.

A linguagem é determinada pelo momento histórico, pelas contradições sociais e pelos conflitos ideológicos – de classe, de gerações, de gênero, de grupos étnicos etc. Ela é produto inconsciente, semiconsciente e consciente dessas contradições. Sua função comunicativa também possui uma importante instância de integração e de ocultação das contradições sociais.²¹

Percebe-se, portanto, que produções lingüísticas, como discursos políticos, sermões de igrejas e aulas, possuem “regras” e identidades que as tornam apropriadas. Saber quando e o que falar, assim como a escolha de determinada variedade lingüística, dependerá da relação entre os interlocutores e do contexto em que o processo comunicativo se realiza. Somente uma parcela dos membros de uma sociedade complexa, por exemplo, tem acesso a uma língua “cultura” ou “padrão” – e a própria escolha histórica desses dois termos para designar uma variedade lingüística específica reflete o poder dessa camada da população. Isso ocorre porque existe uma relação intrínseca entre a força de certos usos e o prestígio de seus falantes. Como há uma relação entre o poder e a capacidade de reproduzir determinada variedade lingüística, não é difícil encontrar pessoas – normalmente ligadas à burguesia – com tendência à hipercorreção, no esforço de alcançar uma norma reconhecida.

²⁰ Bakhtin, 2006: 44-45.

²¹ Carboni & Maestri, 2005: 59-60.

Uma variedade lingüística “vale” o que “valem” na sociedade os seus falantes, isto é, vale como reflexo do poder e da autoridade que eles têm nas relações econômicas e sociais.²²

Assim, a associação entre uma determinada variedade lingüística e a escrita é o resultado histórico indireto de oposições entre grupos sociais que eram e são usuários das diferentes variedades. Com o domínio político e econômico de certo grupo, a sua respectiva variedade é estabilizada com a escrita. Essa associação desencadeia um processo de “legitimação” de uma norma, ou seja, um mecanismo que fornece idoneidade ou dignidade a uma ordem de natureza política, para que seja reconhecida e aceita.²³

Dessa forma, a chamada língua padrão é um sistema associado a um patrimônio cultural apresentado como um “corpus” definido de valores, fixados na tradição da escrita. As línguas européias, por exemplo, começaram a ser associadas à escrita dentro de ambientes restritos de poder: cortes de imperadores, reis, príncipes e bispos. O uso jurídico das variedades lingüísticas também foi fundamental para determinar uma forma escrita “padrão”. Foi dessa maneira que o falar de Île-de-France passou a ser a língua francesa, assim como a variedade usada pela nobreza da Saxônica passou a ser a língua alemã etc (Gnerre, 2003).

O entendimento de que a diferenciação política é um elemento fundamental para favorecer a diferenciação lingüística, na realidade, se dá não apenas internamente numa sociedade, mas também externamente, na relação entre diferentes idiomas. O francês, por exemplo, já ocupou a mais alta posição na escala de valores internacionais, mas perdeu espaço para o inglês com o domínio econômico e social dos Estados Unidos da América no cenário mundial.

Em praticamente toda sociedade humana, os grupos dominantes da comunidade – os grupos detentores dos bens políticos e econômicos e da cultura prestigiada – acreditam que são também os detentores de uma língua mais correta, mais bonita, mais cultivada.²⁴

²² Gnerre, 2003: 6-7.

²³ Habermas, 1976; apud: Gnerre, 2003.

²⁴ Bagno, 2005: 75.

A escolha de certas palavras e construções muitas vezes é também uma forma de limitar o acesso a certos discursos para, assim, marcar ou esconder certas relações de forças. Para reduzir ou ampliar a faixa de possíveis receptores de mensagens políticas e culturais, por exemplo, basta ajustar a sintaxe e o léxico. Assim, uma construção sintática mais complexa pode ser suficiente para dirigir apenas a um grupo mais restrito uma mensagem cujo conteúdo seria acessível a uma parcela maior da sociedade.

Fica claro, dessa forma, que, ao longo da história, a linguagem sempre foi um meio de segregação, segmentação de discursos, diferenciação e criação de identidades. Na realidade, o hábito de criar uma identidade – e, muitas vezes, promover a exclusão – por meio da linguagem data praticamente da mesma época em que surgiu a escrita. Ao analisar a história da própria Lingüística, pode-se sugerir que essa “necessidade” humana de diferenciação seja considerada até mesmo como um dos fatores para o início dos estudos lingüísticos.

Numa sociedade estruturada de maneira complexa, a linguagem de um dado grupo social reflete-o tão bem quanto suas outras formas de comportamento. Deste modo, essa linguagem vem a ser uma marca desse status social. As classes superiores dão-se conta desse fato e tentam preservar os traços lingüísticos pelos quais se põem às classes inferiores. Tais traços são considerados corretos e passa a haver um esforço persistente para transmiti-los de geração a geração. Esta atitude cresce em intensidade à medida que o impacto das classes inferiores se torna cada vez maior. O estudo da linguagem surge a fim de conservar-se inalterada a linguagem correta das classes superiores em seu contacto com os outros modos de falar dentro dessa sociedade.²⁵

Essa relação entre poder e língua é tão intensa que ocorre nos dois sentidos: por um lado, o poder e o prestígio de um grupo determinam qual variedade lingüística será considerada correta e servirá para excluir e marcar diferenças dentro de uma sociedade; por outro lado, um valor intrínseco de determinada língua será um fortíssimo fator de dominação e justificação de prestígio. Não é por acaso que, historicamente, principalmente a partir do século XVI, começou uma corrida de letrados e humanistas para tentar demonstrar

²⁵ Câmara, 1975: 10.

genealogias míticas para seus idiomas. O valor do instrumento da linguagem era claramente apreciado e a construção de um aparato mítico-ideológico tornou-se um objetivo entre estudiosos contratados por suas governantes. Em 1569, Johan Van Gorp Becan, de Antuérpia, afirmava que todas as línguas eram derivadas das línguas germânicas. Guillelm Posters e Stefano, por sua vez, propunham que o idioma dos antigos gauleses era a originária, para demonstrar a propriedade do francês.

A linguagem sempre esteve, portanto, repleta de mecanismos de criação de identidade, diferenciação, controle, exclusão, inclusão etc. Apesar de praticamente inevitáveis em todo processo comunicativo, todos esses procedimentos acabam não sendo percebidos. Como uma das principais faculdades humanas, a linguagem faz parte do cotidiano das pessoas e é vista com absoluta naturalidade, por isso poucas pessoas são capazes de questioná-la, analisá-la e, conseqüentemente, identificar as estratégias escondidas nas entrelinhas. A linguagem, de todos os instrumentos de controle e coerção social, talvez seja o mais complexo e sutil (Bagno, 2005).

Nesse contexto, é importante ressaltar que a perspectiva da linguagem como “neutra” é bastante interessante para os detentores da variação lingüística dominante. O código aceito “oficialmente” pelo poder é apontado como neutro e superior e acaba considerado como algo central até mesmo na identidade nacional. Classes dominantes tendem a conferir ao signo ideológico um caráter intangível, acima das diferenças de classe, a fim de tornar o signo monovalente e ocultar lutas, conflitos e mecanismos de controle. Afinal, se a linguagem for vista como “social” apenas devido ao seu uso – arbitrário – na sociedade, não faz sentido imaginar qualquer tipo de dominação por meio de escolhas de variação lingüística. Esse ponto de vista freqüentemente propagado muitas vezes acaba facilitando mecanismos de manipulação, restrição e exclusão.

A proposta de uma linguagem neutra, própria a toda a comunidade, viabiliza a imposição permanente de conteúdo das classes exploradas aos segmentos subalternizados, por sobre seus interesses.²⁶

Na verdade, pode-se dizer que a linguagem, especialmente na sua expressão escrita, naturalmente gera dois tipos de reação a grupos cuja

²⁶ Carboni & Maestri, 2005: 109.

familiaridade com a língua padrão seja menor do que a necessária para determinadas tarefas de compreensão e interpretação. Muitos tenderão a valorizar e atribuir credibilidade e até força de verdade a qualquer conteúdo veiculado por meio da escrita. Outros terão uma reação oposta, de rejeição, pelo mesmo motivo. Quanto maior a “deficiência” no ensino tradicional da língua – chegando ao limite do analfabetismo ou até mesmo de sociedades sem tradição de escrita – mais extremadas serão essas reações.

Muitas vezes descobrimos em culturas que não dispõem de uma tradição escrita, ou em classes subalternas das nossas sociedades, uma polaridade de atitudes: ou a rejeição total, ou a aceitação total e acrítica do que está escrito e, ainda mais, impresso, acompanhada, esta última atitude, por declarações tautológicas, do tipo “tudo que está escrito é importante, porque foi escrito” (Beduschi, 1982: 92).²⁷

Em sociedades complexas como a maioria existente no mundo contemporâneo, no qual os meios de comunicação exercem enorme influência na cosmovisão, a alfabetização tende a ser sempre considerada como algo positivo. Dessa forma, a reação mais freqüente em relação à escrita é de credibilidade e aceitação acrítica, simplesmente pelo fato de estar escrito, e não apenas falado. Com isso, tornam-se mais fáceis manipulações e formas de controle e exclusão.

Diante disso, pode-se pensar até mesmo que a simples alfabetização pura e simples, sem qualquer estímulo a reflexões e questionamentos, pode tornar-se um instrumento de domínio. Isso porque pessoas com o acesso mínimo à educação formal ganham parâmetros segundo os quais devem agir e pensar: aprender o que podem e o que não podem fazer, o que precisam valorizar e respeitar e, em certa medida, têm suas personalidades ao menos minimamente moldadas segundo critérios pré-estabelecidos. É claro que valores humanos e de cidadania não são passados apenas pela educação formal, mas entende-se que um povo com índices elevadíssimos de analfabetismo seria mais difícil de ser controlado.

(...) este é o padrão típico de desenvolvimento que observamos desde o Egito até a China, ao tempo em que a escrita apareceu pela

²⁷ Gnerre, 2003: 53.

primeira vez: parece ter favorecido a exploração dos seres humanos, mais do que sua iluminação. Minha hipótese, se correta, nos obrigaria a reconhecer o fato de que a função primária da comunicação escrita não haja sido suficiente para consolidar o conhecimento, ela foi talvez indispensável para fortalecer a dominação. A luta contra o analfabetismo está então em relação com um crescimento de autoridade dos governos sobre os cidadãos. Todos têm que ser capazes de ler, de forma que o governo possa dizer: a ignorância da lei não é desculpa.²⁸

De qualquer forma, a credibilidade “natural” de documentos escritos, a aceitação da linguagem como neutra e arbitrária e a limitação no acesso a certos discursos estratificados pela adoção de uma variedade lingüística culta tornam-se questões ainda mais sérias em sociedades como a brasileira, em que se apresenta como baixo o percentual de pessoas lingüisticamente educadas e capazes de realizar tais questionamentos. Todos os efeitos até aqui levantados acontecem de maneira ainda mais “natural” devido aos problemas na formação de cidadãos pensantes. A educação – vista como mais do que um simples processo de aprendizagem automática de ler e escrever – é justamente uma forma de capacitar todo indivíduo a ter acesso a diferentes discursos.

Todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que trazem consigo.²⁹

Embora o raciocínio de Foucault seja perfeitamente coerente, é preciso, antes de tudo mais, fazer uma importante ressalva: a educação de base hoje oferecida em muitos países, como o Brasil, não é tão eficiente na tarefa de permitir a apropriação de novos discursos. Com conteúdos dissociados da realidade prática do cotidiano e pouco estimulantes em termos de reflexão e questionamentos, a escola tende a não contribuir tanto para a formação de seres pensantes. Dessa forma, as idéias de Lévi-Strauss, descrita anteriormente, parecem bastante razoáveis. Em termos lingüísticos, especialmente, a educação acaba por

²⁸ Lévi-Strauss, 1974: 336-338.

²⁹ Foucault, 2006: 44.

servir praticamente apenas para separar aqueles capazes de reproduzir uma variedade “cultura” em seus processos comunicativos.

Os falantes urbanos mais escolarizados e de maior poder aquisitivo usam essas diferenças para demarcar as fronteiras entre quem fala ‘certo’ e quem fala ‘errado’, usando os fenômenos lingüísticos para definir, de fato, os limites da ascensão social, que fica (imaginariamente) reservada aos que estão ‘do lado de cá’ do terreno do ‘bem falar’.³⁰

Realiza-se, assim, o que talvez seja o tipo mais sutil e eficiente de dominação: aquela de que chega ao ponto de convencer os “dominados” de que sua variedade lingüística é “pobre” e “feia” e que o melhor seria utilizar o idioma à imagem e semelhança de como o fazem os “dominadores”. Como não são têm acesso à educação, os grupos hierarquicamente inferiorizados tendem a sentir-se em posições ainda mais desfavoráveis e, portanto, muitas vezes incapazes de questionar certas regras e valores impostos. Esse cenário torna-se especialmente nítido e grave em sociedades em que há discrepâncias educacionais acentuadas.

“(…) num país com distribuição de renda (e de educação formal) tão desequilibrada, a norma-padrão representa um bem cultural virtualmente inacessível à imensa maioria da população, deixada à margem da escola e da cultura livresca”.³¹

O Brasil, evidentemente, se enquadra no perfil descrito por Bagno (2005), afinal, o país saltou quase diretamente da condição de sociedade escravista, de cultura oral para uma sociedade pós-moderna também oral, de rádio e TV. É principalmente por intermédio da televisão que as classes B, C, D e E têm contato com os assuntos atuais, adquirem novos hábitos e desenvolvem uma linguagem comum. O analfabetismo e a baixa escolaridade impedem que milhões de adultos consigam ler um texto, especialmente um cuja linguagem seja adequada a uma variedade lingüística de elite.

³⁰ Bagno, 2005: 73.

³¹ Bagno, 2005: 95.

Desigualdades na educação e na formação de cidadãos criam, portanto, um abismo excludente em termos de acesso a determinadas variedades lingüísticas. Uma conseqüência inevitável disso é que elas também dificultam o acesso a diversos conhecimentos essenciais para o ingresso num seletivo grupo dos detentores do poder. Em certa medida, os próprios saberes acabam por se tornar instrumentos de segregação ou de legitimação na tomada de decisões coletivas.

Nas democracias, as pessoas que têm que tomar decisões para a coletividade têm o poder de tomar tais decisões legitimado de alguma forma com base no saber de que elas dispõem: o princípio seria de que o saber necessário para tomar decisões coletivas é diferente em qualidade e em quantidade do saber necessário para tomar decisões de valor ou alcance individual ou familiar. Para tomar tais decisões, é necessário conhecer noções úteis para a subsistência diária. Ao contrário, no saber considerado relevante para legitimar decisões de caráter público, é importante uma componente de saber que não tem aplicações práticas, tal como filosofia, história, línguas clássicas, literatura. Estas áreas de saber e de atividade intelectual estão em relação estrita com a verbalização e a expressão lingüística geral, e a retórica em particular.³²

A questão da relação entre conhecimento e poder também é abordada por Foucault, para quem todo conhecimento constitui novas relações de poder. Segundo o pensador francês, não existe saber neutro, porque todo saber é político. Da mesma forma, todo exercício do poder é, ao mesmo tempo, um lugar de formação do saber.

Temos, portanto, nas sociedades modernas, a partir do século XIX até hoje, por um lado, uma legislação, um discurso e uma organização do direito público articulados em torno do princípio do corpo social e da delegação do poder; e por outro, um sistema minucioso de coerções disciplinares que garanta efetivamente a coesão deste mesmo corpo social.³³

³² Gnerre, 2003: 26.

³³ Foucault, 1979: 189.

Completando o raciocínio de Foucault:

O saber é um agenciamento prático, um “dispositivo” de enunciados e de visibilidades. Não há, então, nada sob o saber (...). Isto é, o saber só existe em função de “limiaries” bastante variados, que assinalam um número equivalente de camadas, clivagens e orientações sobre o estrato considerado. (...) O saber é a unidade de estrato que se distribui em diferentes limiaries, o próprio estrato existindo apenas como empilhamento desses limiaries sob orientações diversas, das quais a ciência é apenas uma.³⁴

Essa discrepância no acesso ao conhecimento, segundo Foucault, faz parte de um mecanismo presente em todas as sociedades, nas quais a produção de discursos é regulada, selecionada, organizada e redistribuída conjugando poderes e perigos. Segundo ele, há procedimentos exteriores e interiores de controle e delimitação do discurso. De acordo com o autor francês, existem “sociedades de discurso”, em que se exercem formas de apropriação de segredos e de não-permutabilidade. Surge, então, uma perspectiva um pouco menos inocente e mais justificada para o que Saussure chamou de “línguas especiais”, como a própria linguagem jurídica.

(...) O ritual define a qualificação que devem possuir os indivíduos que falam (...); define os gestos, os comportamentos, as circunstâncias, e todo o conjunto de signos que devem acompanhar o discurso; fixa, enfim, a eficácia suposta ou imposta das palavras, seu efeito sobre aqueles aos quais se dirigem, os limites de seu valor de coerção. Os discursos religiosos, judiciários, terapêuticos e, em parte também, os políticos não podem ser dissociados dessa prática de um ritual que determina para os sujeitos que falam, ao mesmo tempo, propriedades singulares e papéis preestabelecidos.

³⁵

Existem linguagens especiais, inclusive com a presença de léxicos específicos, reservadas tanto a ambientes sociais quanto a ocasiões determinadas, como jogos, atividades esportivas etc. Até mesmo as gírias de

³⁴ Deleuze, 2005: 60-61.

³⁵ Foucault, 2006: 39.

malandros e jargões profissionais fazem parte disso, até mesmo com a apropriação de palavras estrangeiras.

A função central de todas as linguagens especiais é social: elas têm um real valor comunicativo, mas excluem da comunicação as pessoas da comunidade lingüística externa ao grupo que usa a linguagem especial e, por outro lado, têm a função de reafirmar a identidade dos integrantes do grupo reduzido que tem acesso à linguagem especial.³⁶

Com essa estratificação de discursos, realizada tanto pelo uso de uma determinada variedade padrão quanto pelo acesso ao conhecimento, torna-se relativamente simples a introdução de conteúdos ideológicos fáceis de manipular. Isso ocorre porque as formas às quais eles estão associados ficam imobilizadas e inacessíveis. Isso favorece apenas a comunicação entre grupos de iniciados que sabem qual é o referente conceito de determinadas palavras. Assegura-se, dessa forma, que as grandes massas, apesar de familiarizadas com as formas das palavras, fiquem, na realidade, privadas do conteúdo associado.

³⁶ Gnerre, 2003: 23.